



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS EDITAL Nº 08/2023

O Centro de Integração Empresa Escola – CIEE e o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) em conformidade com a Lei n.º 11.788/08, tornam pública a realização de processo seletivo por prova on-line para formação de cadastro reserva para estágio, conforme quadro de vagas no Anexo I, de acordo com as seguintes instruções:

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O processo seletivo destina-se à formação do **cadastro de reserva para Estagiários(as)**, para alunos(as) matriculados(as) nos cursos e semestres no ato da inscrição descritos no Anexo I.

1.2. Os(as) estagiários(as) cumprirão, a critério do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), 25 horas semanais, não excedendo 5 horas diárias.

1.2.1. O programa de estágio remunerado será desenvolvido na modalidade presencial e em projeto a ser executado de acordo com as necessidades e a disponibilidade orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO).

1.2.2. O regime do estágio será de 5 (cinco) horas diárias, totalizando 25 (vinte e cinco) horas semanais, no período vespertino (das 12h00 às 19h00), (Salvo para o curso de Pedagogia que contemplará os turnos matutino e vespertino), para estudantes de nível superior, ressalvados os casos em que a matriz curricular da Universidade ou Conselhos de Profissões impeçam tal jornada de estágio.

1.3. O valor de Bolsa Auxílio por mês corresponde a:

Nível	Carga Horária Diária	Carga Horária Semanal	Bolsa Auxílio
Superior	5 (cinco) horas	25 (vinte e cinco)	R\$ 1.550,00



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

		horas	
	4 (quatro) horas - Pessoa com Deficiência	20 (vinte) horas	

1.4. O valor do Auxílio Transporte corresponde a: R\$8,60 (oito reais e sessenta centavos), por dia estagiado presencialmente, limitado a R\$189,20 (cento e oitenta e nove reais e vinte centavos) mensal.

1.5. O auxílio transporte será pago juntamente com a bolsa auxílio.

1.6. Será descontado o valor do referido auxílio durante os períodos de recesso, licença saúde e em caso de falta, justificada ou não.

1.7. O estágio não contempla outros benefícios, tais como auxílio-alimentação, auxílio-saúde e similares.

1.8. A duração do estágio será de até 02 (dois) anos consecutivos, sem prorrogação, exceto para o(a) estagiário(a) com deficiência, conforme prevê o Art. 18 do Decreto Judiciário no 2390/2013.

2. DOS REQUISITOS

2.1. O estágio destina-se exclusivamente aos(às) estudantes regularmente matriculados(as), com frequência efetiva nos cursos vinculados ao ensino público ou particular nas Instituições de Ensino de nível Superior, para os cursos descritos no Anexo I deste edital. O(a) candidato(a) deverá estar matriculado(a) e com frequência efetiva, observando política de Estágio de cada Instituição de Ensino e em consonância com a Lei 11.788/08, em especial o Art. 1º § 2º da mencionada legislação.

2.2. Enquanto não vencido o prazo de validade deste processo seletivo, os(as) candidatos(as) classificados(as) e ainda não admitidos(as) poderão ser convocados(as).

2.3. Nos termos do Art. 17, § 5º, da Lei nº 11.788/2008, fica assegurado reserva de 10%



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

(dez por cento) das vagas oferecidas para cada curso às pessoas com deficiência.

2.4. O(a) candidato(a) com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos(as) no que se refere ao critério de avaliação e a nota mínima exigida para aprovação.

2.5. Caso não existam estudantes com deficiência aptos e em número suficiente para preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do Processo Seletivo, serão convocados(as) estudantes da lista geral.

2.6. O(a) primeiro(a) candidato(a) com deficiência classificado(a) por curso no processo seletivo será convocado(a) para ocupar a 1ª (primeira) vaga aberta, enquanto os(as) demais candidatos(as) com deficiência classificados(as) serão convocados(as) para ocupar a 11ª (décima primeira), a 21ª (vigésima primeira), a 31ª (trigésima primeira) vaga, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente ao surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

2.6.1. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “O candidato com visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência”.

2.6.1.1. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas pela Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão.

2.6.2. O(a) candidato(a) com deficiência auditiva, além do laudo médico solicitado no item 2.6.3 deverá apresentar o exame de audiometria tonal nas frequências 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme Art. 5º, § 1º, I, alínea "b", do Decreto nº 5.296, de 02/12/2004.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

2.6.2.1. O(a) candidato(a) com deficiência visual, além do laudo médico solicitado no item 2.6.3 deverá apresentar o exame/laudo médico contendo informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos, de acordo com o art. 5º, §1º, alínea c, inciso I do Decreto nº 5.296/2004.

2.6.3. O(a) candidato(a) com deficiência no momento da convocação deverá apresentar o laudo médico, com emissão no prazo máximo de 12 meses (documento original ou cópia legível), atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com a perda da função e a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), assinatura e carimbo contendo o CRM do(a) médico(a) responsável por sua emissão, bem como a provável causa da deficiência, informando também o nome do(a) candidato(a).

2.6.4. Não sendo comprovada a situação descrita no item 2.6.3, o(a) candidato(a) perderá o direito a ser admitido(a) para as vagas reservadas aos(às) candidatos(as) com deficiência.

2.6.5. As pessoas com deficiência poderão, na ficha de inscrição, solicitar o recurso de acessibilidade (tempo adicional). O(a) candidato(a) que solicitar o tempo adicional deverá fazer o upload do laudo médico, comprovando a condição para atendimento da solicitação.

2.6.5.1. O tempo para a realização das provas, e tão somente neste caso, a que as pessoas com deficiência serão submetidas poderá, desde que requerido justificadamente, ser diferente daquele previsto para os demais candidatos.

2.6.5.2. Se constatado no laudo médico a inveracidade da solicitação declarada, o(a) candidato(a) será desclassificado(a).

2.6.6. O(a) candidato(a) que se declarar deficiente e informar que deseja participar da cota no ato da inscrição será classificado(a) na lista de classificação geral e das pessoas com deficiência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

2.7. Ficam reservadas aos candidatos negros (pretos ou pardos) a reserva de 30% das vagas oferecidas e participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, conforme Decreto 9.427, de 28 de junho de 2018.

2.7.1. Será considerado negro o candidato que assim se autodeclarar, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e preencher o formulário de autodeclaração disponível no Anexo III deste edital e fazer o upload no ato da inscrição e informar que deseja participar desta cota.

2.7.2. A convocação dos candidatos aprovados para a reserva de vagas para negros, responderão aos seguintes critérios de alternância e proporcionalidade:

- O primeiro candidato negro classificado processo seletivo será convocado para ocupar a 3ª (terceira) vaga aberta por curso, enquanto os demais candidatos negros, classificados serão convocados para ocupar a 6ª (sexta), a 9ª (nona), a 13ª (décima terceira), a 16ª (décima sexta), a 19ª (décima nona) vaga por curso, e assim sucessivamente, observando a ordem de classificação, relativamente ao surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

2.7.3 Na hipótese de constatação de declaração falsa para negros, o candidato poderá ser desclassificado do presente processo seletivo, e poderá ser acionado judicialmente e ainda, caso eventualmente tenha sido aprovado ou tenha sido contratado, será desligado.

2.7.3.1 O(a) candidato(a) que informar que deseja participar da reserva de vagas para negros e fazer o upload da autodeclaração, será classificado na lista de classificação geral e dos candidatos negros.

2.7.3.2 Caso não existam estudantes autodeclarados negros (pretos ou pardos) aptos e em número suficiente para preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do Processo Seletivo, serão convocados(as) estudantes da lista geral.

2.8. O(a) candidato(a) que não observar a compatibilidade do seu curso com o quadro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

disposto no item Anexo I, terá sua inscrição anulada.

2.9. São requisitos para inscrição:

2.9.1. Estar matriculado e cursando os cursos previstos no Anexo I no ano vigente.

2.10. São requisitos para contratação:

2.10.1. Ser brasileiro(a) nato(a), naturalizado(a) ou estrangeiro(a) com visto permanente no país;

2.10.2. Na data de início do estágio, o estudante deve ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos, conforme previsto no §5º do art. 7º da Resolução nº 1 do CNE/CEB, de 21 de janeiro de 2004 (Conselho Nacional de Educação).

2.10.3. Não ter sido exonerado(a) a bem do serviço público;

2.10.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais, quando maior de 18 anos e das obrigações militares, quando do sexo masculino maior de 18 anos;

2.10.5. Estar regularmente matriculado(a) em uma instituição de ensino que possua convênio vigente com o CIEE.

2.10.6 Não ter feito estágio por período superior a dezoito meses (corridos ou intercalados) no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), exceto pessoas com deficiência (Art. 11 da Lei 11.788/08).

2.10.7. A vigência mínima do contrato de estágio deverá ser de 06 (seis) meses.

2.10.8. Inexistência de antecedentes criminais.

2.10.9. Não ser ocupante de cargo, emprego ou função vinculado a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições só poderão ser realizadas para os cursos divulgados conforme o Anexo I deste edital.

3.2. As inscrições serão recebidas somente via internet, pelo site: <https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>, no período de **29/11/2023 até às 12:00 horas (horário de Brasília) do dia 14/12/2023**, incluindo sábados, domingos e feriados. Não serão aceitas outras formas de inscrições.

3.2.1. Para realizar a inscrição no processo seletivo, o(a) candidato(a) deverá acessar o site do CIEE <https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>, em “FILTRE SUA PESQUISA”, clicar em “STATUS DO PROCESSO”, selecionar “INSCRIÇÕES ABERTAS”, localizar na lista o logotipo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Edital 08/2023 e clicar neste link.

3.3. No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá informar dados pessoais e escolares válidos. Caso declare algum dado errado, poderá corrigir, desde que exclua a inscrição e refaça dentro do período de inscrição determinado no edital, desde que não tenha iniciado a prova on-line. Após o término do período de inscrição não será realizada nenhuma correção nos dados declarados pelo(a) candidato(a).

3.3.1. Caso o(a) candidato(a) tenha iniciado a prova on-line, não será permitida em hipótese alguma a correção dos dados declarados na ficha de inscrição.

3.3.2. Não será possível alterar o e-mail e CPF indicados no ato da inscrição.

3.3.3. O e-mail declarado deve ser um e-mail válido para que toda a comunicação do processo seletivo seja realizada através dele.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

3.3.4. Será aceita somente uma única inscrição por candidato(a).

3.3.5. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), dispondo o CIEE do direito de excluir do processo seletivo aquele(a) que não preencher os dados de forma completa e correta.

3.3.6. O não recebimento da comunicação por e-mail dirigida ao(à) candidato(a) decorrente de extravio, informações de endereço eletrônico incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas ou por qualquer outro motivo, não desobriga o(a) candidato(a) do dever de consultar o Edital e as publicações pertinentes ao processo seletivo no site do CIEE.

3.4. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a publicação de todos os atos, editais, comunicados, convocações e/ou qualquer divulgação referente a este processo seletivo no site do CIEE (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>).

3.5. O(a) candidato(a) trans (travesti ou transexual) que desejar atendimento pelo **NOME SOCIAL**, conforme Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que ainda não possui os documentos oficiais retificados com o seu nome, deverá selecionar em “Dados pessoais” a opção “Desejo informar meu nome social!” e preencher o campo “Nome Social” no ato da inscrição.

3.5.1. O(a) candidato(a) nesta situação deverá realizar sua inscrição informando seu nome civil no campo nome completo, ficando ciente de que o nome social, será utilizado em toda a comunicação pública do processo seletivo, sendo considerado o nome civil apenas para as etapas internas (formalização do Termo de Compromisso de Estágio), para a devida identificação do(a) candidato(a), nos termos legais.

3.6. O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola poderão, a qualquer tempo, verificar as informações fornecidas no ato da Inscrição e em caso de informações falsas ou inverídicas, tomarão as medidas judiciais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

cabíveis podendo o(a) candidato(a) ser desclassificado(a) do presente processo, ter rescindido o Termo de Compromisso de Estágio, caso aprovado e contratado, e ainda ser acionado(a) judicialmente.

3.7. O candidato inscrito no Programa Bolsa Universitária – OVG, deverá, no ato da inscrição, fazer upload de um dos documentos comprobatórios relacionados abaixo, para fins de desempate:

3.7.1. Termo de Compromisso ou Prorrogação do Termo de Compromisso para recebimento do benefício Bolsa Universitária referente ao período 2023/2;

3.7.2. Declaração emitida pela OVG com data atual, não superior a 30 dias;

3.7.3. Comprovante de Renovação do Benefício 2022/2023 com título, Portal do Bolsista”, com emissão não superior a 30 dias.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1. A prova online será realizada gratuitamente no dia **19/12/2023, de 12:00 às 17:00 (horário de Brasília)**.

a) para realizar a prova no processo seletivo, o(a) candidato(a) deverá acessar o site do CIEE <https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>, seguir as etapas descritas no item 3.2.1, dentro da página deste processo seletivo, clicar em “ACESSAR” (faça o login com a sua conta do CIEE) e NO SEU PERFIL clicar em “MEUS PROCESSOS”, localizar este processo seletivo, clicar em “OPÇÕES” e em seguida, em “FAZER A PROVA”.

b) o(a) candidato(a) deverá estar com o seu cadastro devidamente atualizado no portal do CIEE (<https://web.ciee.org.br/login>) para início da prova on-line.

4.2. A presente seleção pública compõe-se de uma única fase, com aplicação de uma prova objetiva on-line.

4.2.1. A prova será composta de 30 questões de múltipla escolha, com 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

alternativas cada uma, sendo apenas uma correta, baseada nos conteúdos programáticos disposto no Anexo II do Edital.

4.3. As provas serão randômicas e realizadas on-line, no período estabelecido no item 4.1. deste edital.

4.4. Orientações antes do início da prova:

- Certifique sua disponibilidade de tempo para realizar a prova;
- Procure um local tranquilo e silencioso;
- Realize a prova individualmente, sem consulta ou apoio de outros materiais ou pessoas;
- Procure acessar a prova em um local que ofereça internet banda larga;
- Não abra mais de uma janela/aba do navegador;
- Certifique que o navegador está com o JavaScript ativado.

4.5. Ao término da inscrição, o(a) candidato(a) estará apto a realizar a prova on-line.

4.6. O(a) candidato(a) só poderá acessar a prova com o login e senha cadastrados durante a inscrição.

4.7. Ao logar no sistema de acesso a prova, o(a) candidato(a) receberá via SMS ou e-mail o código de confirmação para liberação do acesso à prova on-line.

4.7.1. O CIEE - Centro de Integração Empresa Escola - não se responsabiliza pelo não recebimento do SMS ou e-mail com o código de confirmação para liberação do acesso à prova on-line por motivo de ordem dos computadores, celulares, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, falta de sinal, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados. O(a) candidato(a) que tiver dificuldades no recebimento do código deverá enviar e-mail para eucandidato@ciee.org.br (no e-mail deverá constar: nome do Processo Seletivo Público, nome completo do candidato e o número do CPF, relato do erro que está ocorrendo e o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

envio da imagem/print da tela/erro apresentado - o atendimento deste canal ocorrerá em dias úteis das 08:00 às 17:00 horas, o candidato com dificuldade deverá encaminhar e-mail relatando a dificuldade até às 12:00 horas do dia útil anterior ao término das inscrições) antes do término do período de inscrições.

4.8. O(a) candidato(a) terá 02 (dois) minutos para responder cada questão. Caso não responda dentro do tempo determinado, o sistema gravará a resposta em branco e seguirá automaticamente para a próxima questão.

4.8.1. Após a conclusão da questão ou término do tempo previsto no item 4.8, a questão não poderá mais ser acessada.

4.8.2. As questões serão selecionadas no banco de dados e apresentadas de forma randômica, questão por questão.

4.9. Ao acessar a prova, o(a) candidato(a) só poderá desconectar caso clique no campo "Responder e sair da prova".

4.10. A desconexão por qualquer outro motivo, salvo a do item anterior, acarretará na perda de 1 (uma) questão. Ao realizar nova conexão, a questão não será visualizada novamente e sua resposta será nula, sem direito de substituição da questão.

4.11. O(a) candidato(a) é responsável por realizar a prova em conexão estável e segura.

4.12. O(a) candidato(a) que não realizar completamente a prova on-line será automaticamente eliminado(a) do processo seletivo.

4.13. Durante a realização da prova o(a) candidato(a) não poderá:

Abrir mais de uma janela/aba do navegador e/ou clicar fora da área de realização da prova;

Capturar imagem da questão (print da tela ou outra forma).

4.14. Acarretará a eliminação do(a) candidato(a) ou anulação da questão, sem prejuízo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas mencionadas nos itens 4.4. e 4.13, para a realização da prova, definidas neste edital ou em outros relativos ao processo seletivo, nos comunicados, nas instruções ao(a) candidato(a) ou naquelas constantes em cada prova.

4.15. Para cada acerto será computado 01 (um) ponto, totalizando no máximo 30 pontos.

4.16. Somente será classificado(a) o(a) candidato(a) que tiver nota igual ou superior a 50% no total da prova.

4.17. Em caso de empate na classificação de nível Superior (exceto Enfermagem, Fisioterapia, Gestão de Recursos Humanos, História e Museologia) o desempate será feito pelos seguintes critérios:

- a) O candidato que obtiver a maior pontuação nos conhecimentos específicos;
- b) O candidato oriundo do Programa Bolsa Universitária da OVG;
- c) O candidato que obtiver maior pontuação em língua portuguesa;
- d) O candidato que obtiver maior pontuação em conhecimentos gerais;
- e) O candidato que obtiver maior pontuação em informática;
- f) O candidato que tiver maior idade.

4.17.1. Em caso de empate na classificação de nível Superior (Enfermagem, Fisioterapia, Gestão de Recursos Humanos, História e Museologia) o desempate será feito pelos seguintes critérios:

- a) O candidato oriundo do Programa Bolsa Universitária da OVG;
- b) O candidato que obtiver maior pontuação em língua portuguesa;
- c) O candidato que obtiver maior pontuação em conhecimentos gerais;
- d) O candidato que obtiver maior pontuação em informática;
- e) O candidato que tiver maior idade.

5. DOS RECURSOS

5.1. O gabarito provisório e o caderno de questões (espelho de prova) ficarão disponíveis



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

no dia **20/12/2023**. Para visualizá-los, o(a) candidato(a) deverá acessar o site do CIEE <https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>, em “FILTRE SUA PESQUISA”, clicar em “STATUS DO PROCESSO”, selecionar “EM ANDAMENTO”, localizar na lista o logotipo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Edital 08/2023 e clicar neste link. Dentro da página deste processo seletivo, clicar em “ACESSAR” (faça o login com a sua conta do CIEE) e NO SEU PERFIL clicar em “MEUS PROCESSOS”, localizar este processo seletivo, clicar em “OPÇÕES” e em seguida, em “ESPELHO DE PROVA”.

5.2. Serão admitidos recursos quanto ao gabarito (espelho de prova) da prova objetiva que deverão ser encaminhados eletronicamente no dia **21/12/2023** para o endereço eletrônico: recursos@ciee.org.br (no e-mail deverá constar: nome do Processo Seletivo Público, nome completo e o número do CPF), em formulário específico, disponível para download no site do CIEE.

5.3. Não serão aceitos recursos por via postal, fac-símile ou qualquer outro meio não previsto neste Edital.

5.4. Serão rejeitados liminarmente os recursos enviados fora do prazo indicado no item 5.2 deste capítulo, bem como aqueles que não contiverem dados necessários à identificação do(a) candidato(a) ou for redigido de forma ofensiva.

5.5. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação do eventual prejuízo devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, legislação, páginas de livros, nomes dos autores, etc., com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes e exposição de motivos e argumentos.

5.6. A decisão da banca examinadora do CIEE será irrecurável, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, não sendo aceita revisão de recursos.

5.7. Se o exame do recurso resultar na anulação de questão, a pontuação correspondente a ela será atribuída a todos(as) os(as) candidatos(as) que tiveram acesso a referida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

questão, independentemente de terem recorrido.

5.8. O recurso contra a lista de classificação provisória deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico: recursos@ciee.org.br (no e-mail deverá constar: nome do Processo Seletivo Público, nome completo e o número do CPF), no dia **10/01/2024**.

5.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos de recursos, revisão de recursos e/ou recurso do gabarito definitivo e resultado definitivo.

6. DO RESULTADO

6.1. Serão elaboradas 3 (três) listas de classificação, uma geral, exclusiva para autodeclarados negros (pretos ou pardos) e uma exclusiva das pessoas com deficiência, por curso, em ordem decrescente de classificação das notas obtidas, data/hora de inscrição e o nome completo do(a) candidato(a), elaboradas pelo CIEE, nos termos deste edital, que será divulgada no site (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>).

6.2. A publicação da lista de classificação provisória, disponibilização do gabarito definitivo/espelho de prova (verifique as orientações no item 5.1 para acessá-lo) e respostas aos recursos serão feitas em **09/01/2024**.

6.3. A publicação da lista de classificação definitiva será feita em **17/01/2024**.

6.3.1. Após a publicação da classificação definitiva o(a) candidato(a) deverá providenciar a documentação prevista no item 8.5. para agilizar o processo de contratação/convocação.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA VAGA

7.1. Obedecendo à lista de classificação definitiva e a oferta de vagas disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), serão convocados(as) em lote, por e-mail, os(as) estudantes aprovados(as)/classificados(as).

7.2. Poderão ser utilizados aplicativos de mensagens instantâneas, ligações automáticas,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

envio de SMS exclusivamente para os contatos informados no momento da inscrição.

7.2.1. Para preenchimento de cada vaga de estágio, o(a) candidato(a) deverá se manifestar por e-mail (responder o e-mail de convocação) em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do e-mail de convocação. O CIEE realizará, 1 (uma) tentativa de contato por e-mail. De forma complementar poderá ser utilizado aplicativos de mensagens instantâneas.

7.2.1.1. Os(as) candidatos(as) interessados(as) na vaga ofertada deverão manifestar-se, por e-mail, em resposta ao e-mail de convocação, devendo incluir neste a documentação prevista no item 8.5 do Edital.

7.2.2. No caso do(a) candidato(a) não responder a tentativa de contato (e-mail) realizada pelo CIEE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o(a) candidato(a) não localizado irá manter a posição na lista e poderá solicitar final de lista uma única vez.

7.2.3. No caso de retorno de candidatos(as) em número superior ao quantitativo de vagas ofertadas, serão considerados, ao final do prazo previsto, a contratação dos(as) candidatos(as) melhor classificados(as). Os(as) demais candidatos(as) retornarão às suas posições na lista e continuarão aptos(as) para as próximas convocações.

7.3. Na falta de candidatos(as) aprovados(as) para as vagas reservadas às pessoas com deficiência e autodeclarados negros (pretos ou pardos), estas serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as), com estrita observância da ordem classificatória.

7.4. O(a) candidato(a) aprovado(a) no processo seletivo e interessado(a) na celebração do Termo de Compromisso de Estágio deverá apresentar-se na data, horário e local estabelecidos na convocação.

7.5. O(a) estudante deverá apresentar Declaração simples da Instituição de Ensino especificando o curso e semestre na retirada do Termo de Compromisso de Estágio.

7.6. O não comparecimento na data, horário e local estabelecido em quaisquer das etapas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

de convocação, implicará a desclassificação no Processo Seletivo, não cabendo recurso.

7.7. Não serão convocados(as) estudantes cujo término de curso seja igual ou inferior a 06 (seis) meses da data da convocação.

7.7.1. O Termo de Compromisso de Estágio deverá ter duração mínima de 06 (seis) meses.

7.8. O(a) candidato(a) convocado(a) que não tiver 16 anos completos irá para o final da lista, o(a) candidato(a) com classificação imediatamente posterior será convocado(a).

7.9. Caso a jornada de estágio seja incompatível com os horários de atividade escolares ou acadêmicas, o(a) candidato(a) irá para o final da lista e o(a) candidato(a) com classificação imediatamente posterior será convocado(a).

7.10. O(a) candidato(a) que tiver interesse em solicitar sua exclusão do processo seletivo poderá fazê-la uma única vez, desde que realize tal pedido formalmente junto ao CIEE pelo e-mail: convocacaoespecial@ciee.org.br (no e-mail deverá constar: nome do Processo Seletivo Público, nome completo e o número do CPF).

7.11. O Centro de Integração Empresa-Escola e o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) não se responsabilizarão por eventuais prejuízos ao(à) estudante decorrentes de dados de inscrição incorretos, chamadas perdidas e/ou e-mail não visualizado no ato da convocação, bem como falhas técnicas.

7.12. O(a) candidato(a) no momento da convocação deverá ter cadastro com o CIEE, sendo de sua responsabilidade manter os dados cadastrais atualizados no CIEE, para auxiliar no contato.

7.12.1. Atenção, o(a) candidato(a) deve salvar em sua lista de contatos o telefone do CIEE: 3003-2433, para receber comunicados de convocação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

8. DO PREENCHIMENTO DA VAGA E CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

8.1. O Termo de Compromisso de Estágio se dará sob o regime da Lei n.º 11.788 de setembro de 2008.

8.2. Não poderão firmar Termo de Compromisso de Estágio os(as) servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ou outros(as) servidores(as) públicos(as) que cumpram jornada de trabalho compatível com o estágio.

8.3. O(a) estudante que iniciar o estágio irá firmar o Termo de Compromisso de Estágio (contrato) com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) por no máximo 24 meses, sem prorrogação, exceto para candidatos(as) com deficiência.

8.4. O horário de estágio será estabelecido de acordo com a necessidade da área em que o(a) estagiário(a) irá desenvolver as atividades, totalizando a jornada máxima de 05 horas diárias e 25 horas semanais.

8.5. Para preenchimento de cada vaga de estágio o(a) candidato(a) deverá responder o e-mail de convocação em até 24 (vinte e quatro) horas com a seguinte documentação em anexo:

- Cópia de RG e CPF ou carteira nacional de habilitação;
- Declaração de Escolaridade atual constando o curso e semestre cursado (carimbada e assinada pela Instituição de Ensino) e retirar junto ao CIEE ou Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), seu Termo de Compromisso de Estágio (contrato) para assinatura da Empresa e Instituição de Ensino.
- Em caso de pessoa com deficiência o laudo médico, conforme os itens 2.6.2. e 2.6.3 deste edital.
- E demais documentos necessários solicitados no ato da convocação.

8.6. O(a) candidato(a) terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para devolução das vias do Termo de Compromisso de Estágio, a contar da data de retirada no CIEE ou no Tribunal



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), devendo estar devidamente assinadas em todos os campos. O candidato estará sujeito à desclassificação caso não apresente o Termo de Compromisso de Estágio dentro do prazo estabelecido.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O processo seletivo terá validade de 12 meses a partir da publicação da classificação definitiva (conforme a data do item 6.3), podendo a critério do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ser prorrogado por até igual período.

9.2. O ato da inscrição implicará no conhecimento das instruções e na aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital.

9.2.1. O ato da inscrição implicará na aceitação/autorização do recebimento de comunicação do CIEE por e-mail, SMS ou outros serviços de mensagem instantânea.

9.3. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos verificadas a qualquer tempo acarretará a nulidade da inscrição ou do Termo de Compromisso de Estágio do(a) estudante, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, cível ou criminal cabíveis.

9.4. O Centro de Integração Empresa-Escola e a Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao(à) estudante decorrentes de:

9.4.1. Informações e dados do(a) candidato(a) não atualizadas dificultando o contato;

9.4.2. Inscrição/realização da prova não efetivada por motivo de ordem dos computadores, celulares, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

9.5. A simples inscrição no presente Processo Seletivo autoriza o CIEE e o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás a utilizarem os dados inseridos ou transferi-los, mantendo-se a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

mesma finalidade para as quais foram fornecidos.

9.5.1. DADOS PESSOAIS

O CIEE respeita a sua privacidade. Qualquer informação que você nos forneça será tratada com o mais alto nível de cuidado e segurança, sendo utilizada apenas de acordo com os limites estabelecidos neste documento e observando os princípios da publicidade e da transparência que regem a administração pública e aos termos da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Os dados pessoais e dados pessoais sensíveis; nome completo, nome social, nº CPF, data de nascimento, sexo, estado civil, endereço completo, e-mail, telefone residencial, telefone celular, instituição de ensino em que estuda, curso, semestre, previsão de conclusão do curso, matérias/notas, turno de aula e em caso de pessoas com deficiência, o CID e laudo médico, coletados em razão do presente processo seletivo, serão tratados pelo CIEE e poderão ser compartilhados com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), órgão ao qual você está realizando a inscrição com as finalidades de: dar andamento as demais etapas do processo seletivo; possibilitar a comprovação de sua identidade; apresentar em eventual fiscalização quanto à realização do certame; bem como poderão ser publicados no site do CIEE (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>) para dar publicidade aos participantes do certame, mantendo-se as mesmas finalidades para as quais os dados pessoais foram fornecidos.

Os dados pessoais do(a) candidato(a) serão automaticamente eliminados pelo CIEE quando deixarem de ser úteis para os fins que motivaram o seu fornecimento e não forem mais necessários para cumprir qualquer obrigação legal.

9.5.2. SEGURANÇA DOS DADOS

O CIEE se responsabiliza pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

forma de tratamento inadequado ou ilícito. Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709, o Controlador comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

9.6. Poderá haver ajustes no edital a qualquer momento para retificação ou adequação, promovido através de errata.

9.6.1. O valor da bolsa auxílio e auxílio transporte e demais benefícios (caso existam) serão calculadas de acordo com a frequência do estagiário e carga horária de estágio cumprida, podendo variar proporcionalmente.

9.7. As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pelo CIEE e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

9.7.1. Dúvidas ou dificuldades durante o período de inscrições envie e-mail para eucandidato@ciee.org.br (no e-mail deverá constar: nome do Processo Seletivo Público, nome completo do candidato e o número do CPF, relato do erro que está ocorrendo e o envio da imagem/print da tela/erro apresentado - o atendimento deste canal ocorrerá em dias úteis das 08:00 às 17:00 horas, o candidato com dificuldade deverá encaminhar e-mail relatando a dificuldade até às 12:00 horas do dia útil anterior ao término das inscrições).

9.8. Do cronograma das etapas:

Etapa	Data
Inscrição	29/11/2023 até às 12:00 horas do dia 14/12/2023.
Realização da prova on-line.	19/12/2023
Disponibilização do gabarito/espelho de	20/12/2023



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

prova provisório.	
Interposição de recursos contra o gabarito provisório (espelho de prova).	21/12/2023
Publicação da classificação provisória, gabarito definitivo (espelho de prova), resposta aos recursos.	09/01/2024
Interposição de recursos contra a classificação provisória.	10/01/2024
Publicação da classificação definitiva.	17/01/2024

9.9. Nos termos da Lei Federal n. 11.788, de 25/09/2008 o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e ao término do contrato os estagiários não serão efetivados.

9.10. Não será fornecido ao(à) estudante comprovante individual de aprovação no processo seletivo. valendo para esse fim as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>), as quais permanecerão para consulta por toda a validade do processo seletivo, de forma a garantir a transparência e a lisura do certame.

Goiânia, 22 de novembro de 2023

Wanessa Oliveira Alves

Diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Assinado digitalmente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

ANEXO I - DOS CURSOS E SEMESTRES

LOCAL DE ESTÁGIO	CURSOS	SEMESTRES	VAGAS
Abadiânia	Direito	A partir do 1º Semestre	1 + Cadastro Reserva
Acreúna	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		2 + Cadastro Reserva
Águas Lindas de Goiás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
	Psicologia		
	Serviço Social		
Alexânia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		2 + Cadastro Reserva
Alto Paraíso	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
Alvorada do Norte	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

	Direito	Semestre	
Anápolis	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
	Fisioterapia		
	Pedagogia		
	Psicologia		
	Serviço Social		
Anicuns	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Araçu	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Aragarças	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Aruanã	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Aparecida de Goiânia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		Cadastro Reserva
	Direito		24 + Cadastro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

			Reserva
	Fisioterapia		Cadastro Reserva
	Psicologia		Cadastro Reserva
	Serviço Social		Cadastro Reserva
Aurilândia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
Barro Alto	Direito	A partir do 1º Semestre	1 + Cadastro Reserva
Bela Vista	Direito	A partir do 1º Semestre	2 + Cadastro Reserva
Bom Jesus	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Buriti Alegre	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Cachoeira Alta	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Cachoeira Dourada	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

			Reserva
Caçu	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Caiapônia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		4 + Cadastro Reserva
Caldas Novas	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		10 + Cadastro Reserva
	Fisioterapia		Cadastro Reserva
	Pedagogia		Cadastro Reserva
	Psicologia		Cadastro Reserva
	Serviço Social		Cadastro Reserva
Campinorte	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Campos Belos	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Carmo do Rio	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Verde	Direito	Semestre	
Catalão	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		4 + Cadastro Reserva
	Psicologia		Cadastro Reserva
	Serviço Social		Cadastro Reserva
Cavalcante	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Ceres	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Cidade Ocidental	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Cocalzinho de Goiás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Corumbá de Goiás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Corumbaíba	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Cristalina	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Crixás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Cromínia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Cumari	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		2 + Cadastro Reserva
Edéia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Estrela do Norte	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Fazenda Nova	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Firminópolis	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Flores de Goiás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

	Direito		1 + Cadastro Reserva
Formosa	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Formoso	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Goianópolis	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		2 + Cadastro Reserva
Goiandira	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
Goianésia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Goianira	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
	Administração		
	Arquitetura		
	Ciências Contábeis		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Goiânia	Design Gráfico	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
	Enfermagem		
	Engenharia Civil		
	Engenharia Elétrica		
	Engenharia Mecânica		
	Estatística		
	Fisioterapia		
	Gestão de Recursos Humanos		
	História		
	Informática		
	Jornalismo		
	Museologia		
	Pedagogia		
	Psicologia		
Publicidade e Propaganda			
Serviço Social			



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Goiás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
	Fisioterapia		
	História		
	Museologia		
	Psicologia		
Goiatuba	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Guapó	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		2 + Cadastro Reserva
Hidrolândia	Administração	A partir do 1ºSemestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Iaciara	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Inhumas	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Ipameri	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

	Direito		
Iporá	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Israelândia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Itaberaí	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Itaguaru	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Itajá	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Itapaci	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Itapirapuã	Administração	A partir do 1º Semestre	1 + Cadastro Reserva
	Direito		
Itapuranga	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Itauçu	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

	Direito	Semestre	
Itumbiara	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
	Fisioterapia		Cadastro Reserva
	Psicologia		Cadastro Reserva
	Serviço Social		Cadastro Reserva
Ivolândia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Jandaia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Jaraguá	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Jataí	Direito	A partir do 1º Semestre	7 + Cadastro Reserva
	Fisioterapia		Cadastro Reserva
	Psicologia		Cadastro Reserva
	Serviço Social		Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Joviânia	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Jussara	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Leopoldo de Bulhões	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Luziânia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
	Fisioterapia		
	Psicologia		
	Serviço Social		
Mara Rosa	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Maurilândia	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Minaçu	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Mineiros	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Montes Claros	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Montividiu	Direito	A partir do 1º Semestre	1 + Cadastro Reserva
Morrinhos	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Mossâmedes	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Mozarlândia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
Nazário	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Nerópolis	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Niquelândia	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Nova Crixás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Novo Gama	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Orizona	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Padre Bernardo	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
Palmeiras de Goiás	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Panamá	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Paranaiguara	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Paraúna	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Petrolina de Goiás	Direito	A partir do 1º Semestre	1 + Cadastro Reserva
Piracanjuba	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
Piranhas	Ciências Contábeis	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

	Direito	Semestre	
Pirenópolis	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Psicologia		
	Serviço Social		
Pires do Rio	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Planaltina	Direito	A partir do 1º Semestre	5 + Cadastro Reserva
Pontalina	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Porangatu	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Posse	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		3 + Cadastro Reserva
Quirinópolis	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		3 + Cadastro Reserva
Rialma	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		3 + Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Rio Verde	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		Cadastro Reserva
	Direito		9 + Cadastro Reserva
	Fisioterapia		Cadastro Reserva
	Psicologia		Cadastro Reserva
	Serviço Social		Cadastro Reserva
Rubiataba	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Sanclerlândia	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Santa Cruz de Goiás	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Santa Helena	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		5 + Cadastro Reserva
Santa Terezinha de Goiás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Santo Antônio do Descoberto	Administração		Cadastro Reserva
	Direito		4 + Cadastro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

		A partir do 1º Semestre	Reserva
	Fisioterapia		Cadastro Reserva
	Psicologia		Cadastro Reserva
	Serviço Social		Cadastro Reserva
São Domingos	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		Cadastro Reserva
	Direito		1 + Cadastro Reserva
São Luís de Montes Belos	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
São Miguel do Araguaia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		Cadastro Reserva
	Direito		2 + Cadastro Reserva
São Simão	Direito	A partir do 1º Semestre	2 + Cadastro Reserva
Senador Canedo	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
	Fisioterapia		
	Psicologia		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

	Serviço Social		
Serranópolis	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Silvânia	Direito	A partir do 1º Semestre	2 + Cadastro Reserva
Taquaral de Goiás	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Trindade	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
	Fisioterapia		
	Psicologia		
	Serviço Social		
Turvânia	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Uruaçu	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
Uruana	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Urutaí	Direito	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
Valparaíso de Goiás	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Ciências Contábeis		
	Direito		
	Fisioterapia		
	Psicologia		
	Serviço Social		
Varjão	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		
Vianópolis	Administração	A partir do 1º Semestre	Cadastro Reserva
	Direito		2 + Cadastro Reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nível Superior (Enfermagem, Fisioterapia, Gestão de Recursos Humanos, História e Museologia):

- Português (10 questões) - Língua Portuguesa, Literatura e Tecnologias da Informação e Comunicação - Acentuação Gráfica; Classe de palavras; Compreensão e interpretação de textos; Concordância Nominal e Verbal; Figuras de Linguagem; Ortografia Oficial; Pontuação; Regência nominal e verbal; Significação das palavras; Sinônimos e antônimos; Sintaxe da oração e do período; Tipologia textual.
- Informática (10 questões) - Sistema operacional Windows; Processador de textos e planilhas eletrônicas (BrOffice e Microsoft Office); Conceitos de Internet: e-mail e navegadores; Conceitos básicos de segurança da informação.
- Conhecimentos Gerais (10 questões) – Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia e Responsabilidade social.
- Nível Superior (Exceto Enfermagem, Fisioterapia, Gestão de Recursos Humanos, História e Museologia):
- Português (10 questões) - Língua Portuguesa, Literatura e Tecnologias da Informação e Comunicação - Acentuação Gráfica; Classe de palavras; Compreensão e interpretação de textos; Concordância Nominal e Verbal; Figuras de Linguagem; Ortografia Oficial; Pontuação; Regência nominal e verbal; Significação das palavras; Sinônimos e antônimos; Sintaxe da oração e do período; Tipologia textual.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

- Informática (10 questões) - Sistema operacional Windows; Processador de textos e planilhas eletrônicas (BrOffice e Microsoft Office); Conceitos de Internet: e-mail e navegadores; Conceitos básicos de segurança da informação.
- Conhecimentos Gerais (5 questões) – Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia e Responsabilidade social.
- Conhecimentos Específicos (5 questões) – Administração - Planejamento Organizacional: Conceitos e princípios de planejamento. Natureza e importância do planejamento. Partes e tipos de planejamento. O ambiente de planejamento. Planejamento como processo e sistema. A organização e operacionalização do planejamento. Métodos e técnicas de planejamento. Conceitos e Ferramentas da Qualidade. Administração Pública: Conceito, elementos, poderes, organização e estrutura administrativa, órgãos públicos. Agentes Públicos. Atividades Administrativas: conceitos, natureza, fins e princípios básicos. Atos Administrativos: conceito e requisitos, atributos, classificação, anulação e revogação, efeitos. Noções básicas de Licitações (Lei 8666/93 e suas alterações), Licitações na Modalidade pregão (Lei 10.520/02 e Decreto 3.555/2000) e Sistema de Registro de Preço (Decreto 3.931/2001).
- Arquitetura - Autocad 2D/3D; Conhecimento nas Normas Técnicas Brasileiras; NBR
- 14037 - Manutenção predial; NBR 6118 - Noções de estrutura; NBR 6492 - Representação de Projetos de Arquitetura; NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; NBR 9575 impermeabilização, seleção e projeto; Noções de conforto ambiental; Noções de tecnologia das construções; NR 06 / Ministério do Trabalho - Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR 08 / Ministério do Trabalho - Requisitos que devem ser observados nas edificações; NBR 5674 - Manutenção de edificações. Revit (BIM); Plotagem em PDF; Elaboração de maquetes eletrônica sem SKETCHUP ou similar; desenhos técnicos em todas as etapas de projeto legal de arquitetura e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

urbanismo, projeto de layout de arquitetura e urbanismo e projetos complementares; levantamento de materiais em plantas de projetos; compatibilização de projetos de arquitetura e complementares; leitura básica de projetos de elétrica, hidráulica, sanitária, estrutural, urbanismo e prevenção contra incêndio e pânico."

- Ciências Contábeis - Noções de Serviços Públicos: Conceito. Serviço Privativo do Estado. Serviço de Utilidade Pública. Prestação de Serviço Mista. Contabilidade Básica: Contabilidade Aplicada à Administração Pública: conceito, objeto, objetivo, regime contábil, campo de aplicação. Orçamento Público: conceito, princípios, ciclo orçamentário, créditos adicionais. Receita: conceito, classificação, estágios. Despesa: conceito, classificação, estágios. Despesas de Exercícios Anteriores: conceito, ocorrências. Suprimento de Fundos: conceito, concessão, restrição na concessão. Restos a Pagar: conceito, classificação. Plano de Contas: conceito, estrutura, sistemas de contas. Prescrição.
- Design Gráfico - Fundamentos de design de produtos. Fundamentos de design, cultura e sociedade. Elementos da linguagem estética. Linguagens da Comunicação. Design de Interação. Design de Jogos. Criatividade em Design. Processos de Pesquisa. Fundamentos em Design de Informação e Interação. Modelagem. Desenho e Escultura. Pensamento do Design. Idealização, criação, desenvolvimento, configuração, concepção, elaboração e especificação de produtos. Tópicos Especiais: Design centrado no usuário, Design e inovação, Projetização - planejamento, execução, acompanhamento e revisão de produtos - Design no setor público.
- Direito - Conhecimentos Básicos de Direito. Constituição da República Federativa do Brasil: títulos I e II;. Administração pública; Estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado; Organização do Estado e da Administração: entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos; Atividade administrativa: conceito, natureza e fins, princípios básicos, poderes e deveres do administrador público, o uso e o abuso do poder; Lei de Introdução às Normas do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Direito Brasileiro; Direito das pessoas com deficiência: título I da Lei Federal no 13146/2015.

- Engenharia Civil - Autocad 2D/3D; Conhecimento nas Normas Técnicas Brasileiras; NBR 14037 - Manutenção predial; NBR 6118 - Noções de estrutura; NBR 6492 - Representação de Projetos de Arquitetura; NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; NBR 9575 - impermeabilização, seleção e projeto; Noções de conforto ambiental; Noções de tecnologia das construções; NR 06 / Ministério do Trabalho - Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR 08 / Ministério do Trabalho - Requisitos que devem ser observados nas edificações; NRB 5674 - Manutenção de edificações;
- Engenharia Elétrica - Desenho Técnico; Resistência dos Materiais; Termodinâmica Básica; Eletricidade Básica; Fundamentos das instalações elétricas; Eletromagnetismo; Eletrônica básica; Materiais Elétricos; Resistência dos Materiais; Circuitos digitais; Circuitos Elétricos; Circuitos Eletrônicos; Controle e Automação; Sistema de transmissão de dados; Servomecanismos. NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- Engenharia Mecânica - Mecânica Estática; Resistência dos Materiais; Termodinâmica; Mecânica dos Fluidos; Instalações Termomecânicas; Máquinas de elevação e transporte; Conhecimentos em Microsoft Office e BrOffice; Noções de AutoCad."
- Estatística - Estatística descritiva e análise exploratória de dados, Técnicas de amostragem, Cálculo de probabilidades.
- Informática - Linguagem de programação: JAVA, PHP, Banco de Dados: Oracle, MySQL, POSTGRESQL, Administração de redes, Servidor de Aplicações: JBOSS, TOMCAT Segurança da Informação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

- **Jornalismo** - Características do texto jornalístico; características e funções do líder, da pauta e de outras ferramentas utilizadas pelos jornalistas; Técnica de redação do texto jornalístico; Técnicas de apuração jornalística e condução de entrevistas; Funções, características e técnicas de webwriting; Press release; Técnicas e práticas em Assessoria de Imprensa;
- **Pedagogia** - A aprendizagem significativa; A docência; A pedagogia de projetos; Alfabetização e Letramento; Didática: Objeto de estudo da didática e Ensino - aprendizagem; Educação e Inclusão Social; Educação Infantil; Fundamentos Filosóficos da Educação; Interdisciplinaridade e Transversalidade; Planejamento educacional; Prática pedagógica; Teorias da Educação;
- **Psicologia** - Aspectos Sociais, Culturais e Históricos presentes no processo de identificação e análise do fenômeno psicológico; Campos de Atuação da Psicologia Jurídica; Documentos Psicológicos: conceito, finalidade e estrutura; Funções e Atribuições do Psicólogo na Psicologia Jurídica; Interface de Psicologia com o Direito, a partir de conceitos teóricos da Psicologia Jurídica; Técnicas de Observação, entrevista e registro de dados; Resolução CFP nº 010/2005 - Código de Ética Profissional do Psicólogo; Decreto nº 53.464 de 21/01/64 e Lei nº 4119, de 27/08/1962: A regulamentação do cargo do Psicólogo no Brasil;
- **Publicidade e Propaganda** - Produção e planejamento de campanhas institucionais, Conduta ética do publicitário, Técnicas de assessoramento, Organização de eventos (cerimonial), Opinião Pública.
- **Serviço Social** - Fundamentos Históricos e teóricos do serviço social e a dimensão política da profissão. Defesa e garantia dos direitos do cidadão no processo de inclusão/exclusão social no sistema capitalista. Vulnerabilidade social. Programas e Projetos Sociais. Pesquisa, planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Trabalho em equipe interdisciplinar e multidisciplinar. Instrumentalidade do Serviço Social: estudo de caso, técnicas de entrevista, elaboração de relatório, laudos e pareceres, trabalho com rede sociais; trabalho com a família e com a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

comunidade. Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto do Idoso. Lei orgânica da Assistência Social – LOAS. A Política de Assistência Social e demais dispositivos que a atualizam; Sistema Único da Assistência Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

ANEXO III

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Preencher com letra de forma)

Eu, _____, carteira de identidade (RG) n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, estudante do curso de _____, para fins de inscrição no processo seletivo de estágio do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) conforme estabelecido no Nº 09/2023, declaro optar pela participação na condição de estudante cotista, de acordo com a especificação assinalada abaixo:

- preto(a)
 pardo(a)

Declaro, ainda, estar ciente de que poderá ocorrer meu desligamento do estágio na hipótese de ser aprovado (a) em todas as fases do processo seletivo se ingressar como estagiário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) na condição de cotista e for constatada a qualquer tempo a não veracidade desta declaração.

O quesito cor ou raça será o utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

_____, _____ de _____ de 2023.

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 769311172466 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202310000450581 (Evento nº 4)

WANESSA OLIVEIRA ALVES

DIRETOR(A) DE GESTÃO DE PESSOAS.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Assinatura CONFIRMADA em 20/11/2023 às 20:25

